

## Sumário

---

Agradecimentos.....	5
Apresentação.....	7
Prefácio.....	9
Introdução.....	17
1. O <i>amicus curiae</i> no direito estrangeiro: elementos do direito norte-americano.....	21
1.1. Considerações iniciais.....	21
1.2. O desenvolvimento do <i>amicus curiae</i> no <i>common law</i> : da neutralidade à representatividade.....	22
1.3. Em algum momento, o <i>amicus curiae</i> foi mesmo neutro?.....	25
1.4. A exacerbação de poderes do <i>amicus curiae</i> e o desenvolvimento da patológica figura do <i>litigating amicus curiae</i> .....	27
1.5. Os <i>amici</i> públicos (governamentais) e os <i>amici</i> privados.....	30
1.6. A flexibilidade e os diferentes papéis que marcam o <i>amicus curiae</i> no direito norte-americano: a contribuição de Helen Anderson.....	32
1.7. Conclusões do capítulo.....	36
2. O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	37
2.1. Das origens até a entrada em vigor do CPC/15.....	37
2.2. O <i>amicus curiae</i> a partir do CPC/15: novos fundamentos, ampliação de papel.....	42
2.3. Os diferentes papéis do <i>amicus curiae</i> .....	46
2.4. O interesse que fundamenta a intervenção do <i>amicus curiae</i> : entre “interesse jurídico”, “interesse institucional” e outros interesses.....	55

2.5. Noções contemporâneas de legitimidade e interesse como filtros aplicáveis à participação do <i>amicus curiae</i> .....	63
2.6. Taxonomia do <i>amicus curiae</i> : tentativa de sistematização à luz do interesse .....	65
2.6.1. O amigo da corte em sentido estrito .....	66
2.6.2. O amigo da parte .....	68
2.6.3. O amigo independente .....	73
2.6.4. O <i>amicus</i> interventor .....	74
2.6.5. Considerações finais sobre a categorização proposta .....	75
2.7. A (im)parcialidade do <i>amicus curiae</i> .....	76
2.7.1. O amigo da corte em sentido estrito e o dever de imparcialidade .....	78
2.7.2. O <i>amicus curiae</i> interessado e a (in)existência do dever de imparcialidade .....	80
2.8. A posição processual do <i>amicus curiae</i> .....	83
2.9. Distinções em relação a outras formas de intervenção de terceiros .....	85
2.9.1. Distinções entre o <i>amicus curiae</i> e o assistente simples .....	85
2.9.2. Distinções em relação aos auxiliares da justiça .....	87
2.9.3. <i>Amicus curiae</i> vs. sujeito sobrestado: são categorias distintas? .....	89
2.9.4. <i>Amicus curiae</i> vs. intervenção de membros de grupo ausentes .....	93
2.10. Conclusões do capítulo .....	95
3. O regime jurídico do <i>amicus curiae</i> no CPC/15 .....	97
3.1. Os pressupostos objetivos: a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia .....	97
3.2. Os pressupostos subjetivos: pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com “representatividade adequada” (ou “contributividade adequada”) .....	101
3.3. A questão da pertinência temática .....	106

---

3.4.	Os poderes do <i>amicus curiae</i> .....	110
3.4.1.	A interposição de recursos pelo <i>amicus curiae</i> .....	113
3.4.1.1.	Recorribilidade da decisão que admite ou inadmite a participação.....	113
3.4.1.2.	Embargos de declaração.....	118
3.4.1.3.	Recurso contra decisão que julga IRDR.....	121
3.4.1.4.	O interesse do <i>amicus curiae</i> para recorrer de decisões que prejudiquem sua esfera de direitos processuais....	123
3.4.2.	Sustentação oral pelo <i>amicus curiae</i> .....	124
3.4.3.	<i>Amicus curiae</i> e produção probatória.....	125
3.4.4.	Ausência de sujeição aos efeitos da coisa julgada ou efeito de intervenção. Afinal, qual estabilidade se aplica ao <i>amicus curiae</i> ?.....	125
3.4.5.	O ajuizamento de ação rescisória pelo <i>amicus curiae</i> .....	127
3.5.	O momento de ingresso do <i>amicus curiae</i> .....	129
3.6.	Negócios jurídicos processuais sobre participação de <i>amicus curiae</i> .....	130
3.7.	Sobreposição entre assistente simples e <i>amicus curiae</i> e a possibilidade de incorporação do regime jurídico.....	132
3.8.	Conclusões do capítulo.....	135
4.	O <i>amicus curiae</i> como mecanismo de participação na formação de precedentes.....	137
4.1.	Considerações iniciais.....	137
4.1.1.	Vinculação de terceiros e legitimidade democrática: participação como garantia do contraditório ampliado na formação de precedentes vinculantes.....	137
4.2.	Direito à participação.....	145
4.3.	Ampla publicidade ao procedimento de fixação de tese.....	147
4.4.	O direito à participação e a fundamentação das decisões judiciais: dever qualificado de fundamentação que se aplica às intervenções de <i>amici curiae</i> .....	149
4.5.	Necessidade de equalização da participação e respeito à paridade de armas.....	152

4.6. A decisão de saneamento e organização do procedimento voltado à formação de padrão decisório vinculante e a organização da participação.....	154
4.7. Participação do <i>amicus curiae</i> no procedimento de revisão de tese...	157
4.8. Participação do <i>amicus curiae</i> na modulação de efeitos do precedente.....	158
4.9. Conclusões do capítulo.....	160
Conclusão.....	163
Referências bibliográficas.....	167